

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.934 - SP (2019/0301337-1)

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**RECORRENTE** : JOSE SANTORO (PRESO)  
**ADVOGADO** : ROBERTO KASSIM JÚNIOR - SP193472  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENTA

RECURSO ORDINÁRIO EM *HABEAS CORPUS*. REITERAÇÃO DE PEDIDOS FORMULADOS EM PROCESSO CONEXO (HC n.º 533.935/SP). IDENTIDADE DE PARTES, DE PEDIDOS E DE CAUSAS DE PEDIR. LITISPENDÊNCIA. INADMISSIBILIDADE. RECURSO ORDINÁRIO NÃO CONHECIDO.

### DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por JOSÉ SANTORO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n.º 2116394-95.2019.8.26.0000.

Consta nos autos que o Recorrente foi preso em flagrante, no dia 19/11/2018, pela suposta prática de receptação qualificada, durante diligências destinadas a dismantelar uma associação criminosa investigada por praticar comércio ilegal de peças de veículos furtados. Segundo o descrito no auto de prisão, o Paciente foi encontrado na posse dos bens.

Alegando excesso de prazo na instrução criminal, a Defesa impetrou o *writ* originário que foi denegado nos termos de acórdão assim ementado (fl. 56):

*"HABEAS CORPUS com pedido liminar. Suposta prática de receptação de veículos. Pleito de concessão de liberdade provisória, por entender haver excesso de prazo para a formação da culpa. Defesa sustenta estar sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que não deu causa à demora para o encerramento da instrução criminal. Impossibilidade. Necessidade de resguardo da ordem pública. Excesso de prazo não configurado. Constrangimento ilegal inexistente. Decisão bem fundamentada. Decreto mantido. Ordem denegada."*

O presente recurso repisa a tese de excesso de prazo porque *"o Recorrente está há quase 10 meses preso (mais de 270 dias) e até a presente data, não há previsão para o encerramento da instrução, uso de argumentos desconexos para manter preso um Réu idoso, de bons antecedentes, primário, com residência fixa, trabalho lícito,*

# Superior Tribunal de Justiça

*família estruturada*" (fl. 78).

Busca, assim, a imediata soltura do Réu.

É o relatório. Decido.

No HC n.º 533.935/SP, a mim distribuído em 16/09/2019, impetrado contra o mesmo acórdão denegatório, foi formulada idêntica pretensão, em favor do ora Recorrente. No mencionado *writ* substitutivo, indeferi o pedido liminar, as informações foram prestadas e os autos estão com o Ministério Público Federal para manifestação.

O presente recurso, portanto, é mera reiteração de pedido anterior, em que há identidade de partes, de pedido e de causa de pedir, além de impugnarem ambos o mesmo acórdão e a mesma matéria.

Ocorre que não podem ser processados nesta Corte, concomitantemente, *habeas corpus* e recurso ordinário em *habeas corpus* nos quais se constata litispendência, instituto que se configura exatamente quando há igualdade de partes, de objeto e de causa de pedir.

Assim, concluo pela inadmissibilidade do recurso, porquanto "*não pode ser conhecida a impetração que veicula mera reiteração de pedido já formulado em writ anteriormente impetrado nesta Corte*" (AgRg no HC 286.354/AC, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 23/05/2014).

No mesmo sentido, v.g.: RCD no HC 423.298/SP, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 04/12/2017; AgRg no HC 404.890/SP, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/11/2017, DJe 27/11/2017.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO do recurso ordinário em *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora